



Paralisações dos vigilantes de Alagoas arrancam negociação com os patrões



Na segunda e terça-feira da semana passada (30 e 31), vigilantes paralisaram atividades da Prosegur e Scollt

Depois de seguidas negativas às tentativas de negociação do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas (Sindvigilantes/AL), os patrões voltaram atrás depois que a categoria, liderada pelo Sindicato, iniciou uma série de paralisações para chamar a atenção dos empresários. Já está agendada para o dia 22, às 9h, uma rodada de negociação na Superintendência Regional do Trabalho (SRTE/AL).

Segundo o presidente do Sindvigilantes/AL e secretário de Transporte de Valores da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) Cícero Ferreira, a negociação é resultado direto das paralisações realizadas nos dias 30 e 31 de janeiro nas empresas Prosegur e Scollt. “Nosso plano era continuar com as paralisações pelo menos até a sexta-feira (3), mas conseguimos resposta antes disso”, lembra.

“Os empresários ficaram de apresentar

uma contraproposta de reajuste salarial para que o Sindicato leve à categoria. Por isso, as paralisações ficarão suspensas até a data da reunião. Caso o que os patrões apresentem seja insuficiente, voltaremos com nossas atividades para cobrar propostas que realmente atendam às necessidades da categoria”, afirmou.

Reivindicações vão além das cláusulas financeiras

Segundo Ferreira, a expectativa é que os patrões apresentem proposta acima do INPC e comecem a discutir as propostas da minuta que enviamos. Fazem parte da pauta de reivindicações da categoria pontos como o plano de saúde, tíquete alimentação, horas extras no curso de formação de vigilantes, cadeiras nas agências bancárias, melhoria das condições de trabalho, entre outros.

Fonte: CNTV

Sindvigilantes Alagoas lamenta morte do vigilante Marcondes Lima



vigilante Marcondes Lima, morto no exercício da profissão

O estado de Alagoas, nos últimos tempos, tornou-se um dos mais violentos da história do nosso país. Comparando com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, talvez seja mais violento ainda.

O Governo de Alagoas não se preocupa em

investir em segurança pública, educação e saúde. Preocupa-se muito menos com a geração de empregos. Pelo contrário, ao invés de gerar empregos vem gerando mais desempregos. Sabe o Governador Renan Filho, que a origem da violência em nosso estado é por falta de empregos.

A violência urbana tomou conta do nosso estado! Podemos considerar dessa forma porque o que se vê hoje são bandidos invadindo delegacias, executando policiais e etc. A nossa categoria também está sendo alvo dessa violência. Os nossos companheiros estão perdendo as vidas no seu local de trabalho.

O Sindvigilantes Alagoas, através de sua diretoria, tem debatido muito o tema da violência com os órgãos de segurança pública. Muitas vezes sem as devidas respostas por parte dos governantes. Neste cenário, lamentamos profundamente a morte do companheiro vigilante Marcondes Lima e de tantos outros que se foram. Que Deus o tenha em um bom lugar, e que sua alma descanse em paz!

Fonte: [Sindvigilantes/AL](#)

Vigilantes de Curitiba devem entrar em greve na quarta

Os vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana marcaram greve a partir da zero hora a partir da próxima quarta (8). Devem aderir à paralisação vigilantes de bancos, indústrias, comércio e residências.

Os trabalhadores não aceitaram proposta de reajuste oferecida pelo sindicato patronal de

reajuste conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região calcula que pelo índice, o piso salarial passaria de R\$ 1561,00 para R\$ 1654,00 e o vale-alimentação de R\$ 25,04 para 26,50.

Fonte: [bemparana.com.br](#)

Gasto brasileiro com segurança alcança US\$ 91 bi

Mais Segurança Privada



O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estimou que o custo direto com segurança no país tenha sido de US\$ 91 bilhões (R\$ 283,5, em valor atual) no ano de 2014, ou 3,78% do Produto Interno Bruto (PIB). O estudo “Os custos do crime e da Violência: novas evidências e constatações” analisa gastos de 17 países e os compara com desenvolvidos. Na comparação

com os demais, o Brasil só fica atrás de Honduras (6,51%), El Salvador (6,16%), Bahamas (4,79%) e Jamaica (3,99%).

O país gasta mais com segurança privada do que pública, segundo o estudo divulgado nesta sexta (3). Famílias e empresas brasileiras são responsáveis por 47,9% dos gastos com segurança no País, acima da média da região, enquanto os custos do Estado, com policiamento e prisões, por exemplo, representam 36,1% do total – abaixo da média geral.

“No Brasil, as pessoas não acreditam mais na efetividade policial para prevenir crimes e contrata serviços de polícia privada, sistemas de alarme. Isso tem pesado os custos”, diz Dino Capriolo, especialista em segurança do BID.

O levantamento ainda destaca que a região abriga 9% da população mundial, mas concentra um terço dos homicídios do mundo.

Fonte: Bonde

STF vai contratar 47 seguranças armados



O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu uma licitação para contratar 149 seguranças, entre eles 47 armados com pistolas calibre .380, para

atuar na proteção dos ministros, funcionários e na vigilância do prédio da Corte. O valor anual estimado com a contratação é de R\$ 12,9 milhões.

O contrato prevê, ainda, que seguranças façam diariamente a vistoria de volumes, correspondências e objetos suspeitos recolhidos nas casas dos ministros, não deixem postos de trabalho sem cobertura e evitem conversas com outros funcionários “que não digam respeito ao serviço”. Além disso, segundo o edital, devem fiscalizar a rota da residência dos magistrados, “sempre em horários variados”.

Fonte: Época

Cliente agredido por seguranças recebe R\$ 5 mil de indenização de Hipermercado

Rapaz diz que foi uma vítima de preconceito racial, por ser negro e estar no momento com roupa suja



Vítima apresentou ao juiz o cupom fiscal, que comprovava que ela tinha pago pelo produto (Foto: Reprodução)

A decisão foi tomada pelo juiz da 8ª Vara Cível de Campo Grande, Ariovaldo Nates Corrêa. O caso aconteceu no dia 16 de agosto de 2013. Segundo o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul o cliente, que havia acabado de sair do seu serviço, foi até o local comprar um pacote de biscoito recheado. Quando foi sair da loja, dois seguranças o abordaram dizendo que ele havia roubado o pacote de biscoito, e logo em seguida começaram a agredi-lo verbal e fisicamente.

A vítima relatou que os seguranças não deram tempo para que ele pudesse mostrar o cupom fiscal. Os dois funcionários do local tomaram o biscoito da sua mão e começaram a bater nele. O rapaz foi pisoteado pelos seguranças. A vítima diz que foi uma vítima de preconceito racial, por ser negro e estar, no momento, com roupa suja.

A vítima foi até a Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac), fez o registro de boletim de ocorrência e abriu uma ação na

justiça pedindo indenização por danos morais e materiais.

A empresa contestou pois não havia provas, e o rapaz estava em atitude suspeita: quando percebeu que estava sendo vigiado, pegou o biscoito e passou pelo caixa. Porém, quando o rapaz foi abordado pelos seguranças, não foi encontrado com ele nenhum produto furtado, e no julgamento o juiz observou que a empresa não comprovou que a vítima havia furtado algo da empresa.

A vítima apresentou ao juiz o cupom fiscal, que comprovava que ela tinha pago pelo produto, e desta forma o pedido feito pelo rapaz de indenização de danos morais foi julgado procedente, já que o Extra não comprovou o furto da vítima. O juiz negou o pedido de danos materiais pois não houve comprovação.

Fonte: Diário Digital

Com Temer, desemprego cresceu e qualidade do trabalho piorou

Para CUT, apenas políticas públicas de geração de renda, que o governo golpista tem cortado, são capazes de reverter quadro



O golpe que levou Michel Temer (PMDB) à condição de presidente do Brasil prometia o fim da corrupção e da crise. Nem uma coisa, nem outra. Seis ministros tiveram de deixar seus cargos por denúncias de corrupção, outros 16 são investigados e o desemprego não para de crescer.

Para o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o fracasso tem como principais fatores uma

fórmula que mistura crise política com queda nos investimentos públicos, privados e a política recessiva responsável pelo aumento do desemprego e pela queda da demanda e da arrecadação pública.

Com isso, conforme divulgado na última terça-feira (31) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o desemprego atingiu 12% da população. E até nisso Temer mostra não ser confiável.

Os dados do desemprego são uma fotografia do momento, enquanto a média pode confundir porque não demonstra que, ao longo de 2016, o desemprego cresceu e fechou o ano com 12,3 milhões de pessoas sem trabalho. Mas, como forma de diminuir o prejuízo, os dados informados consideravam a média anual, o que fez muitos veículos divulgarem que o desemprego estava meio ponto percentual abaixo, 11,5%.

Outro método que dá uma ideia de trabalho feito às pressas é a forma de divulgação. Habitualmente, além de um relatório resumido de 10 páginas, o IBGE apresentava outro bem maior com recortes específicos de gênero e região para dar uma melhor ideia de onde estavam os focos de retração no emprego. Isso não ocorreu desta vez, tendo o instituto preferido apenas a versão resumida.

Permanece ruim

De qualquer modo, os índices oficiais permitem verificar que a política de Temer promove menos carteira assinada e piores trabalhos. O Dieese aponta que o ano terminou com uma queda de 3,9% no número de trabalhadores com carteira assinada quando comparado com o 3º trimestre de 2016. Também houve um aumento de 2,4% no total de trabalhadores sem carteira assinada, comparando os mesmos períodos.

Secretário de Administração e Finanças da CUT, Quintino Severo, explica os impactos negativos que a informalidade provoca no país. “Quando aumenta a informalidade, aumenta a precarização e temos de tomar cuidado para isso não acabar reforçando a tese da reforma trabalhista e da terceirização. Precisamos combater o argumento de que desemprego se combate retirando direitos. A resposta para essa situação são políticas de emprego e renda, como ficou provado nesses últimos 12 anos, quando o Brasil, com incentivo do Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

Estado, gerou mais de 20 milhões de empregos, a informalidade caiu e vimos um cenário de pleno emprego. Mas o governo vai no caminho contrário, especialmente com a PEC 55 (que congela investimentos públicos por 20 anos) e segue na contramão dessa perspectiva. Tira a capacidade do Estado investir mais”, define.

De acordo com o Dieese, o cenário é de aumento no número de pessoas que desistiram de procurar um novo emprego, aumento da informalidade, aumento do tempo de procura por uma nova inserção ocupacional e redução do aumento real médio dos salários.

A indústria que se empenhou em financiar o golpe, liderada pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), amargou uma queda de 7,1% na produção física. O setor de comércio ficou logo atrás com queda de 6,4% nas vendas de varejo e 9,1% nas vendas de varejo ampliado (como veículos e material de construção).

Para Quintino, ainda que os empresários se omitam, a insatisfação já começa a tomar conta de alguns setores apoiadores do golpe. “O empresário brasileiro é muito covarde. Não tem capacidade, interesse e moral de cobrar o que deveria do governo federal, já que apostou no golpe, nesse caminho de retrocesso democrático. É tão covarde que a Polícia Federal e o Ministério Público prenderam vários e não sai uma frase de apoio entre eles, portanto, não vão cobrar nada do governo ilegítimo de Temer. Mas eu vejo a sociedade reagindo de alguma forma, setores, inclusive, que apoiaram o golpe passaram a mudar o discurso e isso, acredito, fará pressão para reverter essa situação”, avalia.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF